



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**VALESCA LIDIANE DOS SANTOS**

**RACISMO E TRANSFOBIA: O IMPACTO NA VIDA DE MULHERES TRAVESTIS  
E TRANSEXUAIS QUE VIVEM NA/DA PROSTITUIÇÃO EM MACEIÓ-AL.**

**Maceió- AL,**

**2021.**

**VALESCA LIDIANE DOS SANTOS**

**RACISMO E TRANSFOBIA: O IMPACTO NA VIDA DE MULHERES TRAVESTIS E  
TRANSEXUAIS QUE VIVEM NA/DA PROSTITUIÇÃO EM MACEIÓ-AL.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como  
requisito para obtenção do título de Bacharel em  
Psicologia na Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof. Dra. Telma Low Silva Junqueira

**Maceió- AL,**

**2021.**

# **Racismo e transfobia: O impacto na vida de mulheres travestis e transexuais que vivem na/da prostituição em Maceió-AL.**

Valesca Lidiane dos **Santos**

Graduanda em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas– UFAL

valescalds.psicologia@gmail.com

Telma Low Silva **Junqueira** – Orientadora, Professora do Instituto de Psicologia –

UFAL

telma.low@ip.ufal.br

## **RESUMO**

Em pleno ano de 2021, as mulheres travestis e transexuais, especialmente as negras e que vivem em situação de vulnerabilidade, não têm assegurados seus direitos básicos de acesso à educação, à saúde e ao trabalho formal, além de serem vítimas do abandono familiar e da falta de políticas públicas específicas que garantam que seus direitos não sejam violados. Apesar da existência de alguns dispositivos legais, é visível que o modelo hegemônico racista, sexista, machista, patriarcal, classista e heteronormativo reforçam que os espaços públicos não são para mulheres, tão pouco para pessoas negras e/ou travestis e transexuais. O presente artigo é o trabalho de conclusão de curso (TCC) de Psicologia que objetiva identificar e discutir os impactos do racismo e da transfobia na vida de mulheres travestis e transexuais que vivem na/da prostituição em Maceió-AL. Para atingir esse objetivo utilizaremos trechos de entrevistas produzidas e disponíveis no *Canal Wonderfull*, além de diálogos que aconteceram durante a realização do trabalho de campo, vinculada a pesquisa guarda-chuva *Transcidadania e direito à saúde*, que foi/está sendo realizado no contexto da pós-graduação paralelamente à graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. Este está dividido em três partes. Na primeira realizamos uma discussão histórica e social sobre a questão trans em Alagoas. Na segunda, discutimos os processos discriminatórios aos quais as mulheres travestis e transexuais são submetidas e como estes impactam na vida de mulheres travestis e transexuais em Maceió-AL. Na terceira e última parte analisamos as narrativas de mulheres travestis e transexuais que vivem na/da prostituição em Maceió-AL.

**Palavras-chaves:** Mulher Travesti, Mulher transexual, Racismo, Transfobia, Prostituição.

## **ABSTRACT**

In the middle of 2021, transvestite and transsexual women, especially as black and living in a vulnerable situation, are not assured of their basic rights of access to education, health and formal work, in addition to being eliminated from family abandonment and lack of public policies to ensure that their rights are not violated. Despite the existence of some legal provisions, it is visible that the racist, sexist, patriarchal, classist and heteronormative hegemonic model reinforces that public spaces are not for women, nor for black people and/or transvestites and transsexuals. This article is the final course work (TCC) of the Psychology course that aims to identify and discuss the impacts of racism and transphobia in the lives of transvestite and transsexual women who live in/from prostitution in Maceió-AL. To achieve this goal, we used excerpts to identify produced and available on the Wonderfull Channel, as well as dialogues that took place during the fieldwork, linked to the Transcidadania and Right to Health umbrella research, which was/is being carried out in the post -graduation in parallel with training in Psychology at the Federal University of Alagoas. This is divided into three parts. In the first one, we carried out a

historical and social discussion on the trans issue in Alagoas. In the second, we discuss the discriminatory processes to which transvestite and transsexual women are subjected and how they impact the lives of transvestite and transsexual women in Maceió-AL. In the third and last part, we analyze the narratives of transvestite and transsexual women who live in/of prostitution in Maceió-AL.

**Keywords:** Transvestite Woman, Transsexual Woman, Racism, Transphobia, Prostitution

## Introdução

Os resultados e discussões presentes neste artigo decorrem de articulações entre teoria e prática que foram tecidas a partir de vivências nos bastidores, construções do conteúdo produzido para o *Canal Wonderfull*<sup>1</sup> e trechos de diálogos que aconteceram quando estava realizando trabalho de campo, vinculada a pesquisa guarda-chuva *Transcidadania e direito à saúde*<sup>2</sup>, que foi/está sendo realizado no contexto da pós-graduação paralelamente à graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas.

O *Canal Wonderfull* é uma iniciativa surgida a partir de contato da pesquisadora com Natasha Wonderfull, mulher transexual, profissional da saúde, artista e a idealizadora deste Canal. Juntas decidiram criar este canal no Youtube, com objetivo de apresentar o cotidiano e os enfrentamentos de pessoas trans no município de Maceió. Para isso realizamos visitas nas casas de pessoas trans, acompanhamos eventos da militância, festas, espetáculos, registrando um pouco da vida de mulheres travestis, transexuais e homens transexuais com foco no contexto local, em Maceió-AL.

São as mulheres travestis e transexuais as mais violentadas, assassinadas e/ou discriminadas, seja por falta de oportunidade de inserção ao trabalho formal, pelo atendimento e olhares preconceituosos sofridos nas unidades de saúde ou em quaisquer espaços onde transitam. Essas mulheres lutam, resistem e persistem a fim de terem o direito de viverem seus projetos individuais de vida e suas identidades.

O Brasil continua a ocupar o primeiro lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que estão acima da média. Foram registradas 184 mortes no Mapa dos Assassinatos de 2020, sendo 175 assassinatos contra pessoas do gênero feminino (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Pessoas trans são aquelas que se identificam com um gênero diferente daquele que foi atribuído a elas no nascimento. Suas vidas estão condicionadas a vários tipos de discriminações e violências, dentre elas a violência letal, como foi destacada anteriormente.

---

<sup>1</sup>O *Canal Wonderfull* (<https://www.youtube.com/channel/UCcdOwSJig-sXU7SGCkP4AeQ/videos>).

<sup>2</sup>Aprovada pelo CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) com CAAE n. 60449616.4.0000.5641, cuja coordenadora é a professora Dra. Vivianny Kelly Galvão, que naquele momento era minha coorientadora de mestrado, até a qualificação. Logo após obtive a upgrade de nível para doutorado e, portanto, mudando a orientação e coorientação da pesquisa de doutorado. A pesquisa tinha como objetivo analisar o acesso à saúde de pessoas transexuais em Maceió-AL.

Entretanto, há outras formas de exterminar as travestis e transexuais, quer seja negligenciando e violando direitos básicos, quer seja não as respeitando (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

O presente artigo objetiva discutir e identificar os impactos do racismo e da transfobia na vida de mulheres travestis e transexuais que vivem na/da prostituição em Maceió-AL. Para atingi-lo utilizaremos como fonte primária<sup>3</sup> o material audiovisual (vídeos de entrevistas) que produzimos – eu e meu companheiro, Luan Macedo – em parceria com o *Canal Wonderfull*, além da utilização de informações de redes sociais e de diálogos que aconteceram durante o trabalho etnográfico, assim como afirma Peirano (2008), o trabalho etnográfico é a própria teoria vivida, porque é no fazer etnográfico, “a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados.” (p. 3).

Vale salientar que a maior parte desse material está disponível na plataforma Youtube, enquanto uma parte está guardado em acervo pessoal. Toda produção e filmagens foram gravados entre fevereiro de 2020 até 2021, ocorridas no período da pandemia do Covid-19<sup>4</sup>, seguiram todos os protocolos de prevenção, sobretudo o distanciamento necessário para segurança das pessoas envolvidas.

### **Aspectos históricos da questão travesti e transexual no Brasil**

Nos registros das rondas policiais da Bahia oitocentista, constam referências à prisão de homens que se “vestiam de mulher” e mulheres que se “vestiam de homem”, além das costumeiras repressões aos ajuntamentos de pessoas escravizadas, batuques e candomblés. Por mais de três décadas, de 1853 a 1885, várias prisões foram efetuadas por este “crime” (SANTOS, 1997). Durante boa parte do século XVII sexo era uma categoria sociológica e não ontológica, ser homem ou mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural e não se vincular organicamente a um sexo ou outro (LAQUEUR, 2001).

Francisco Manicongo foi a primeira travesti do Brasil, na cidade de Salvador, utilizando o nome social de Xica Manicongo. Ela usava roupas de feiticeiras africanas da quimbanda<sup>5</sup>. Um homem, chamado Matias Moreira, incomodado com a forma de se apresentar de Xica, muitas vezes a interpelava, no meio da rua, para que não usasse roupas que eram definidas como de mulheres e que passasse a se vestir como homem. Xica não obedecia, resistia. Até que aconteceu a primeira visita da Inquisição, denominada “visitação”. Matias Moreira estava tão

---

<sup>3</sup>Fonte primária: material inédito; conteúdo de própria autoria da pesquisa.

<sup>4</sup>A pandemia se iniciou no Brasil em 26 de fevereiro, quando foi confirmado o primeiro caso.

<sup>5</sup>A quimbanda, modalidade de culto afro-brasileiro habitualmente apresentada como mera inversão ético-moral da umbanda, preservou-se em rituais com entidades espirituais que supostamente contestam ou invertem a ordem moral vigente (CARVALHO; BAIRRÃO, 2019).

incomodado que a denunciou à Igreja e ela foi acusada do crime de sodomia, que não se restringia ao que hoje entendemos por homossexualidade ou transexualidade. Qualquer prática tida como “nefanda” era classificada na categoria sodomítica, como sexo oral ou anal entre homens e mulheres, mesmo se os envolvidos fossem casados (MOTT, 1999; TREVISAN, 2007; JESUS, 2019).

Se na Bahia às prisões de homens que se vestiam de mulher eram comuns, por outro lado, o discurso científico (nesse momento, o discurso médico), se pluralizavam na tentativa de comprovar que os comportamentos sexuais tinham sua origem na biologia (BENTO, 2008). Nesse momento surge o conceito de sexo a partir de uma perspectiva que rejeita o modelo do isomorfismo, e se constituem a partir de uma aversão sobre as diferenças entre os órgãos.

No século XIX, surge uma nova forma de interpretar os corpos, o dimorfismo, que este consiste na existência de dois corpos diferentes, opostos, e onde as justificativas para as condutas dos gêneros estariam inscritas neles. Estes seriam capazes de comprovar e determinar as diferenças entre o masculino e o feminino, tanto em aspectos sexuais quanto em relação às condutas, que era sustentado pelo discurso científico. Essa perspectiva endossava que as diferenças entre homens e mulheres eram irrelativizáveis. Da espessura da pele ao tamanho do crânio, da estrutura psíquica aos complexos, tudo era diferença. (BENTO, 2008).

A transexualidade, a homossexualidade e qualquer forma de relacionamento afetivo fora dos padrões socialmente predominantes continuaram a ser criminalizados, o que permanece até os dias de hoje seja de maneira legal pelo direito positivo, seja pela violência social.

Devido à marginalização, à discriminação as mulheres trans encontram muitas dificuldades em acessar empregos formais. Desta maneira, a prostituição tende a se tornar saída possível e mais rentável para muitas das travestis. É nas ruas e avenidas à noite que fazem suas passarelas, onde podem ser vistas e conquistar reconhecimento social, assim como estabelecer redes de trocas afetivas e sociais. Esse protagonismo das travestis nas ruas chama a atenção do aparato policial que parte para repressão e violência no intuito de controlar a visibilidade travesti (VERAS, 2017). Ao longo da pesquisa e nos vídeos/entrevistas do *Canal Wonderfull*, ficaram evidentes que atos de repressão e violência policial são frequentes e até trazem mais receios e medos para essas mulheres que dependem dessa fonte de renda para sobreviver e que precisam se expor todas as noites, ou a maioria delas, na(s) avenida(s) da cidade (WONDERFULL, 2020). O mais assustador é que muitas delas relatam que já sofreram e/ou flagraram colegas sofrendo algum tipo de violência, assim como afirma Jady Santos:

[...] Beira de pista e avenida não é para ninguém... Nem é para travesti nem para moradores de rua, para nenhum tipo de ser humano. Rua é para passear, relaxar, ter um momento de lazer e não para está se humilhando, quem nem eu faço , que nem eu fico,

que nem as outras meninas passam e outras meninas ficam. Eu não acho isso certo[...] (WONDERFULL, 2020, 8min11seg.).

Nesta entrevista Jady Santos relata um pouco do que vivencia nas ruas e como esse espaço é perigoso e violento, salientando como as mulheres travestis e transexuais que vivem da prostituição se expõem e estão mais vulneráveis à violência. “[...] A rua é perigosa, ela só tem oferecer, o quê? Desrespeito, homo(**trans**)fobia, criminalidade, estupro. Tem muitos caras que saem com a gente e depois que acontece tudo não querem pagar [...]” (**grifo nosso**). Após essa fala Natasha Wonderfull, lembra que em seu tempo a polícia era o que elas mais temiam. Ela relatou que perdeu sua irmã nas ruas e foi numa ação policial que tudo aconteceu. Infelizmente casos como esses são muito comuns Brasil afora (WONDERFULL, 2020).

A ausência de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam a lesbofobia, a homofobia e a transfobia institucional ao ignorar a existência dos grupos em questão, pois não realizam a contagem considerando a identidade de gênero e orientação sexual e, portanto, desconsiderando a existência da população LGBTQIA+<sup>6</sup>. O problema se estende para área da segurança pública, pois os boletins de ocorrências e documentos oficiais não possuem campos que comportem essas informações e com isso violam direitos.

Gênero, raça e classe são marcadores de diferença e determinantes sociais de saúde capazes de causar fortes processos discriminatórios, repressivos e adoecedores, incluindo a transfobia, o racismo, e a misoginia que continuam corroborando os processos excludentes da vida de muitas mulheres travestis e trans. Entendemos por marcadores sociais da diferença todo elemento que está na base da construção social que desencadeia desigualdades e hierarquias entre as pessoas (MUNANGA, 2012; KABENGELE, 2015; PELÚCIO, 2019), assim como os determinantes sociais de saúde que produzem hierarquizações sociais quanto à saúde, a partir de fatores estruturais e fatores intermediários da produção de iniquidades ( WERNECK, 2016).

Estamos passando por um momento ímpar com a pandemia da COVID-19, que se iniciou no ano de 2020 e se estende até hoje, 2021. Isso repercutiu e afetou diretamente a vida de mulheres travestis e transexuais, em especial as trabalhadoras sexuais. Acreditava-se que com o isolamento social, os índices de assassinatos poderiam cair, mas devido ao não acesso às políticas emergenciais do Estado, a maioria delas continuou a exercer suas atividades nas ruas para garantir a subsistência, se expondo ao vírus em todas as fases da pandemia e, conseqüentemente, sendo alvo de violência. No Brasil, cerca de 70% dessa população se encontra em condições precárias, 58,6% são pertencentes ao grupo de risco (BENEVIDES;

---

<sup>6</sup> A sigla LGBTQIA+ significa, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais queer, interssex, assexuadas/os. O símbolo “+” engloba todas as outras letras, como por exemplo as pessoas pansexuais, polisssexuais, dentre outras

NOGUEIRA, 2021).

Desde 2017 o Brasil vem liderando o ranking dos países que mais matam pessoas travestis e transexuais e segundo a Organização Não Governamental Transgender Europe, projeto que contabiliza homicídios de pessoas trans pelo mundo, o Brasil é o país com mais registros de violência contra esta população. Entre janeiro e setembro de 2020 foram registrados 45 casos no Brasil, seguido dos Estados Unidos com 24 (TGEU, 2021). A região Nordeste é a que se destaca com maior número dos assassinatos. No ano 2020, em primeiro lugar vem o Ceará com 22 mortes, em seguida Bahia com 19 casos. No primeiro houve um aumento de 100% dos casos, já no segundo, aumentou em 137,5% em relação ao ano de 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Segundo o Dossiê – assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020 da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), no ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, no ano de 2017, Alagoas aparece, em 8º lugar com 7 assassinatos; em 2018, fica em 18º lugar com 3 assassinatos; em 2019, 17º lugar com 2 casos; entretanto em 2020, Alagoas aparece em 6º lugar com 8 casos. Vale ressaltar que esses dados só não são mais expressivos devido às subnotificações.

Com o número considerável de assassinatos de mulheres travestis e pessoas transexuais - marcadamente negras e periféricas – no Brasil e em Alagoas –, é importante refletirmos sobre quais questões, desafios e enfrentamentos perpassam essas vidas em Maceió-AL. Esses crimes são qualificados como “crime de ódio”.

Em pleno ano de 2021, mulheres travestis e transexuais não têm seus direitos básicos assegurados, como o acesso à educação, à saúde e ao trabalho formal, além da falta de políticas públicas específicas que garantam que seus direitos não sejam violados. Quais os serviços que essas pessoas acessam e se acessam? Quais as formas de sobrevivência que lhes são permitidas? Pode-se fazer um paralelo entre os corpos trans, que parecem continuamente segregados e escravizados pela sociedade com os corpos negres que também são acometidos por esses processos segregatórios desde século XVIII. Na maioria das vezes, a alternativa que lhes é apresentada para a subsistência é a prostituição.

### **Racismo e transfobia: O impacto na vida de mulheres travestis e transexuais em Maceió-AL**

A promulgação da Lei Geral de Libertação das pessoas negras escravizadas – a Lei Áurea, em 1888 – apesar de libertar 700 mil pessoas num país com 15 milhões de habitantes, não foi suficiente para criar dispositivos e/ou outros meios para amparar e garantir a sobrevivência e dignidade de vida dessa população. Diante dessa condição, as pessoas negras passaram a sofrer opressão e processos excludentes violentos e permaneceram sem acesso a condições mínimas



que lhes assegurassem subsistência. Por não terem acesso à educação, habitação e renda, foram forçadas a viverem em locais insalubres e periféricos (PENAS; CUELLAR, 2018).

A Constituição de 1988 – cem anos após a Lei Áurea – foi um grande marco da redemocratização no Brasil porque buscou garantir direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Porém, apesar de assegurar uma série de direitos, não resultou em grandes impactos nas condições de vida da população negra e, mesmo após 131 anos com a assinatura da Lei Áurea, poucos foram os espaços de reconhecimento e valorização que elas conseguiram ocupar (PENAS; CUELLAR, 2018). O racismo transformou-se em um dos maiores obstáculos que potencializa a exclusão e marginalização dessas pessoas, sendo mais violento com as mulheres negras em situação de vulnerabilidade, com destaque para as travestis e transexuais.

O racismo, a misoginia e a transfobia são processos segregadores que as mulheres travestis e transexuais negras vivenciam diariamente. Para a compreensão crítica e situada desse debate, lançar mão da perspectiva interseccional, trazida pelo feminismo negro, enquanto ferramenta teórico-metodológica de análise nos possibilita considerar a inseparabilidade dos marcadores de cor/raça, classe, gênero e sexualidade na estruturação das desigualdades que neste artigo apontamos (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019).

Problemas complexos devem ser abstraídos por um olhar interseccional. Akotirene (2018) considera que o “racismo, capitalismo e hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica” (p. 56). Podemos considerar assim, a interseccionalidade como uma categoria analítica relevante para pensarmos a questão racial no Brasil e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes. Essa proposta oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas (CRENSHAW, 2002). Se o capitalismo, racismo e patriarcado são um sistema único, então a luta contra a opressão de classe, raça e gênero também deve ser unificada (HARAWAY, 2004).

Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade é um método usado para pensar sobre como os marcadores sociais - de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros - interagem entre si e impacta a forma como vivemos socialmente. Este conceito surgiu no final dos anos 80 e foi se tornando popular no Brasil a partir das discussões fomentadas pelo feminismo negro. Embora tenha sido mobilizado para pensar, especialmente, sobre gênero e raça, outros marcadores poderiam ser adicionados, como por exemplo, classe social.

Joan Scott (1995) traz uma definição de gênero extraída do dicionário e a partir desta versa suas questões sobre a temática. No dicionário Aurélio Buarque de Holanda, “gênero é uma categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais

como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro” (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda). Para Scott, na gramática,

gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos separados (SCOTT,1995, p.2).

Já para Strathern (2006/1988), “masculino” e “feminino” representam as maneiras pelas quais as pessoas (no exemplo da autora, os melanésios) se tornam conhecidas e identificam coisas. Portanto, a sociabilidade e as relações de gênero não podem ser compreendidas separadamente neste contexto.

Raça está intimamente ligada a construções sociais, políticas e culturais e implicada nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. É a partir da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças e não tem uma relação com o biológico; enquanto a etnia é definida a partir de um grupo de pessoas com mesmo pertencimento ancestral (GOMES, 2005), e este “têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (MUNANGA, 2003, p. 12).

É necessário considerarmos que essa perspectiva que separa cultura de biologia, foi capaz de produzir processos segregatórios fortes, que não foi e talvez nunca será superado, na história da humanidade. Um exemplo disso foi o como o pensamento ocidental foi capaz de criar o negro como conceito biológico, hierarquizando-o, desprivilegiando-o em relação ao branco e isso implicado em questões bem triviais, como por exemplo o tamanho do crânio, a inteligência etc. “o preto, a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome; o arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro Todas as aves de rapina são negra” (FANON, 2008, p. 161). A biologia e cultura não se separam, elas se interinfluenciam, inclusive na construção de todos os marcadores/determinantes que estamos aqui debatendo.

Essas definições de raça e etnia criam identidades, não por si só, mas elas se imbricam com outros marcadores nessa construção. As questões históricas, culturais, estéticas e biológica, políticas influenciam esses processos e consequentemente definem as diferenças. A partir dessas implicações surgem processos de hierarquizações, discriminações e outros processos segregatórios. A imagem das pessoas negras, pardas e toda a miscigenação derivadas da combinação racial/étnica gerou uma multiplicidade de raça/etnia e as pessoas com pele escura sofreram associações imaginárias negativas (FANON, 2008). Essas concepções ganharam força no pensamento científico ocidental e impactam até hoje às discussões e concepções frente às diferenças.

O conhecimento científico dissemina por muito tempo essa lógica do estranhamento a tudo que se é diferente. A ciência foi capaz de classifica, enquadrar e psicopatologizar a

diferença e a/a diferente. Tudo o que é comum, parecido ou “familiar” seria algo bom e tudo que é diferente e distante seria negativo, que precisa ser evitado. A partir dessa questão Saffioti (2004) levantou algumas questões sobre os conceitos de igualdade, diferença, desigualdade e identidade:

O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças. O mais preocupante são as gerações mais jovens, cujos atos de crueldade para com índios, sem teto, homossexuais [**travestis e transexuais**] revelam mais do que intolerância; demonstram rejeição profunda dos não-idênticos. (SAFFIOTI, 2004, p. 37) (**grifo nosso**).

A identidade é uma forma de se inserir em um grupo. No grupo há uma maneira de se expressar que é própria do sujeito. Num primeiro plano, a identidade pode ser entendida como traço estático capaz de definir os sujeitos ao longo da vida, distinguindo-o dos demais. Porém, identificar-se também significa tornar-se igual ao outro. Igualdade e diferença acontecendo ao mesmo tempo (FERRARI, 2006). Silva (2000) afirma que a identidade e a diferença são inseparáveis. A diferença produz uma identidade. A identidade é a referência, é aquilo que possibilita e tem relação direta com o reconhecimento da diferença. A identidade não se manifesta no isolamento, muito pelo contrário; ela é fruto do contato entre os diferentes. Só é necessário assumir-se uma identidade para mostrar que o outro é diferente daquele que fala (BARTH, 2000). Isto reflete na tendência que temos de tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual nos descrevemos e avaliamos o que não somos.

As identidades sexuais, de gênero, de raça, étnicas e outras, não são um produto acabado, mas fazem parte de um processo contínuo de negociação que nunca se esgota; construído socialmente, subjetivado em seu tempo e espaço. Os sujeitos são fluídos e se (re)inventam no transcurso de complexas histórias, embasados no sistema de pertencimento. Uma identidade é influenciada por outras identidades, histórias de vida e isso acabam por constituir um sujeito com múltiplas identidades (SANTOS; THÜRLER, 2013).

A diferença, por sua vez, não é socialmente evidente e precisa ser reconhecida para ser respeitada. Os conflitos identitários enfatizam a diferença e trazem consigo conflitos pelo reconhecimento. A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando à forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” (FRASER, 2002) são combustível às lutas de grupos mobilizados sob bandeiras da nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade. A luta por uma política que considere como importantes em sua elaboração e execução tanto a diversidade quanto o reconhecimento pode ser uma forma de inclusão social aos quais os dois processos se dariam de uma forma

paralela. Enquanto há uma produção de identidades que aceita a diversidade pode-se abrir espaço para um discurso do reconhecimento.

Ferrari (2006), Fraser (2002) e Silva (2000) afirmam que a identidade e a diferença estão em um ciclo ao qual o sujeito é submetido. Quando se trata de uma política de identidade no que concerne às formas que nos relacionamos enquanto sujeitos, formamos essencialismos a partir de dicotomias em que uma representação é o oposto da outra. Os essencialismos permitem o surgimento de estereótipos que originam preconceitos (BHABHA, 2006; GILROY, 2012; HALL, 2003).

Todo preconceito é uma forma de dominação e se fortalece através de leis ou da falta delas ou ainda de instituições de controle social (Estado, escolas, mídias, Igreja e universidades). O essencialismo pode ser considerado como a necessidade de estabilizar determinados grupos sociais enquanto sujeitos políticos. Já o processo de essencialização procura garantir a legitimidade da representação política de determinado grupo estabelecendo uma fronteira nítida que torne possível distinguir seus membros na sociedade como um todo (TOSOLD, 2010). Assim como afirma Asad Haiderde (2019), a partir das ideias de Butler, que as

identidades são a condição da política liberal, elas se tornam cada vez mais totalizantes e reducionistas. Nossa capacidade de ação política através da identidade é exatamente o que nos prende ao Estado, o que assegura nossa contínua sujeição (p. 36).

Nossa sociedade produz sujeitos generificados com identidades inteligíveis e sujeitos abjetos, que são aqueles que não sendo reconhecidos como sujeitos, por suas identidades não seres inteligíveis, são expurgados para as margens sociais. Como afirma Butler:

Esta matriz excludente mediante a qual se formam os sujeitos requer, pois, a produção simultânea de uma esfera de seres abjetos, daqueles que não são sujeitos, pelo que formam o exterior constitutivo do campo dos sujeitos. O abjeto designa precisamente aquelas zonas invisíveis, inabitáveis da vida social (2002, p.20).

As mulheres travestis, transexuais e lésbicas não são reconhecidas como sujeitas. Elas são abjetificadas, pois não atingem o ideal de feminilidade o qual são designadas. Esses corpos serão aquilo que os outros repudiarão o que ninguém vai desejar ser, os anormais que servirão de referência negativa para a normalidade. Isso caracteriza a transfobia, que é o preconceito, discriminação direcionada as pessoas transexuais e travestis, “que pode ser materializado em forma de violência física e/ou psicológica ou pela negação de direitos, e as relações históricas de gênero, o qual é marcado pelo binarismo (vagina/mulher/feminino e pênis/homem/masculino) e pela cisheteronormatividade<sup>7</sup>” (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021, p.3). Já a transfobia

---

<sup>7</sup> A heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é cisheteronormatividade. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá

institucional seria o preconceito e/ou discriminação de maneira mais sutil e velada para os que a cometem e não menos pesadas, de difícil enfrentamento para que a sofre, ocorridos em ambientes institucionais. espaços privados: como escolas, unidades de saúde, empresas, universidades (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021).

Em espaços privados<sup>8</sup> a transfobia se configura sutilmente. Já em espaços públicos<sup>9</sup> - apesar de ser considerado o local onde “todos” (escrito no masculino) podem participar, sendo essa a conceituação do ideal, que na prática sabemos que quem são (homem cis branco hetero cristão, de classe favorecida etc.), é mais evidente e pode ocorrer de forma mais ostensiva, com agressões físicas que podem até desencadear atos de extrema violência que levam a morte (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA, 2021), muito semelhante ao que acontecia no suplício<sup>10</sup> narrado por Foucault em sua obra Vigiar e Punir (1999).

Um corpo de uma mulher travesti negra, que vive em situação de vulnerabilidade e deficiente auditiva, por exemplo, tem sua experiência marcada por várias opressões e implicadas por alguns marcadores, como gênero, raça, classe social e deficiência; o que conseqüentemente irá resultar em limitação de acesso a direitos básicos e oportunidades. A proposta da interseccionalidade é refletir sobre as mais variadas alternativas e/ou estratégias de garantir a efetividade de políticas públicas para garantir que direitos básicos não sejam violados.

Segundo Andrade (2012), a “maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais é direcionada para a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, e não para políticas de inclusão na escola e no trabalho” (p. 226).

No Brasil, em 2019, 90% das mulheres travestis e transexuais ainda vivem da prostituição que, em maioria, acontece nas ruas, exposição que aumenta ainda mais a vulnerabilidade diante das inúmeras violências físicas e psicológicas a que são submetidas, e que resultam em mortes, muitas vezes. A transfobia tem migrado do epicentro do ódio para assumir outras formas, em que matar seria o ponto mais extremo e a violência passa a se intensificar sob

---

com um corpo portador de um biopênis (PRECIADO, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade.

<sup>8</sup>Espaço privado como local íntimo onde se reside, ou que é de posse de alguém; espaço para se a realizar a própria manutenção da sobrevivência, lugar obscuro, secreto (HABERMAS,1997; ARENDT, 2014).

<sup>9</sup> Espaço público pertencente a todos os cidadãos. O público é o espaço do visível, “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos” (ARENDT, 2014, p. 49). É o espaço discursivo e deliberativo, em que todos podem participar, fazendo uso de uma razão esclarecida, exercendo influência sobre o sistema político, e é também, a base para um sistema democrático (ARENDT, 2014); (HABERMAS, 1997).

<sup>10</sup> Tortura com dores intensas e prolongadas. O objetivo era punir o corpo do condenado, sendo exemplo para que outras pessoas não cometessem o mesmo crime. O suplício se assemelhava a um espetáculo que ocorria em praça pública, sob o olhar atento dos súditos (FOUCAULT, 1999).

outros aspectos, simbólicos, psicológicos, estruturais e institucionais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Nossa conjuntura social é cissexista. O cissexismo, segundo Benevides e Nogueira (2021) é uma

organização Cistemática de ações, noções discriminatórias e inferiorizantes de maneira institucional e/ou individual contra pessoas trans. A sua finalidade é afirmar que travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans são seres inferiores, que deveriam ocupar um lugar subalterno na sociedade (p.8).

As questões que permeiam as vidas travestis e transexuais evidenciam que as instituições parecem não se preocupar com as condições de vida que essas pessoas estão vivendo, “muitas não são vistas como gente, e as travestis profissionais do sexo, em sua maioria negras e semianalfabetas que desempenham sua função na rua, enfrentam diversos estigmas no país que mais mata pessoas trans do mundo” (BENEVIDES, 2020 *apud* BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p.9).

### **Analisando as narrativas de mulheres travestis e transexuais que vivem na/ da prostituição em Maceió-AL**

Nesta seção apresentaremos os trechos de entrevistas que foram realizadas entre 2018-2020 e outras que foram ao ar no *Canal Wonderfull*. Para identificar as falas das entrevistadas usaremos em alguns casos codinomes, em situações onde o sigilo foi solicitado pela protagonista, e, os nomes serão citados, apenas, quando estiverem disponíveis nas entrevistas que estamos utilizando. Foram utilizados trechos das narrativas de dez mulheres travestis e transexuais, maiores de idade, negras, residentes de Maceió-AL, sendo a maioria delas moradoras de favelas<sup>11</sup>, que não possuem um imóvel próprio, pagam aluguel para garantir moradia e que estão em situação de prostituição.

Os encontros aconteciam na casa das participantes ou na casa de Natasha Wonderfull. Eram realizadas perguntas seguindo um roteiro com base nas questões da minha pesquisa de mestrado, além de outras perguntas e dúvidas que iam surgindo ao longo do bate-papo. Normalmente as gravações duravam em torno de uma hora e meia e as imagens eram captadas por mim e Luan Macedo, que também estava envolvido no projeto Canal Wonderfull, junto conosco. As imagens não sofreram muitas alterações ou foram manipuladas, o objetivo era captar as imagens reais, contando com todos os fatores do ambiente, inclusive interrupções, barulhos, chiados, ruídos. Esse trabalho seguia algumas etapas, conforme citado por Uriarte (2012):

---

<sup>11</sup> É um conjunto de domicílios com, no mínimo, 51 unidades, que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais (IBGE).

Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser o nosso olhar e nosso escutar guiado, moldado e disciplinado pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa (p.1).

Neste período foi possível perceber que o abandono familiar é um dos enfrentamentos presentes na vida de muitas mulheres travestis e transexuais em Maceió-AL e que costuma deixar marcas devastadoras, como afirma Orquídea<sup>12</sup>, mulher trans negra de 38 anos, ex-profissional do sexo e estudante, na época da entrevista, de ensino médio (2019) revela que a “família não foi importante positivamente no transcorrer da sua vida e transição, pois não a apoiaram em nada. O maior preconceito é aquele que sofremos pela própria família”. O abandono familiar e a expulsão e/ou afastamento desses vínculos familiares que atravessa a realidade da maioria das entrevistas, foi definidor, por exemplo, para que elas saíssem desses ambientes familiares e vá viver em condições extremamente precárias e, para não passarem fome nem ficar em situação de rua, veem na prostituição o único meio de vida. Assim como afirma Orquídea,

[...]saí do Maranhão muito nova. Era bem dizer um menino — um menino gay. Chegando aqui em Alagoas, a minha vida deslanchou. Enfim, eu estava na fase de adolescente e foi aí que me descobri, comecei a tomar hormônio por conta própria e com a ajuda de outras trans que já tomavam. Alguns anos depois retornei a casa dos meus pais já como trans, travesti, mas não foi como eu esperava. A gente espera a rejeição do vizinho, do próximo, mas da família não. Chegar a ser expulsa de casa, né? Por conta, (pausa na fala e diz: eu fico um pouco assim (se emociona) [...] (volta a falar e finaliza)). Por conta da família que não entende quem você é, seu gênero, sua identidade sexual, então estas questões não conto com a família, conto com Deus na minha vida[...] (2019).

No Brasil, apesar de o trabalho ser um direito social, o trabalho formal não faz parte da vida dessas mulheres. Estima-se que em torno de 90% das mulheres travestis e transexuais se prostituem, apesar de não haver dados oficiais, a prostituição é o único meio de subsistência para quem “não conquistou outros espaços” (REIDEL, 2013, p. 74-75). Segundo Flor de Liz (2019):

Ser mulher travesti já é difícil, imagine ser mulher travesti preta, pobre, portadora do HIV e garota de programa [...] e eu sinto isso na pele todos os dias. Meu corpo é atravessado por todos vários preconceitos como o racismo, e transfobia, por exemplo.

O racismo permanece presente na vida da população negra, refletindo violentamente na vida das pessoas trans negras, nas relações sociais e do próprio Estado que não garante os direitos fundamentais, evidenciando o racismo [e a transfobia] institucional existente e persistente em nossa sociedade (WERNECK, 2016) (**grifo nosso**).

---

<sup>12</sup> Por motivo de sigilo, serão utilizados codinomes para não identificação das participantes.

Orquídea está se qualificando agora porque não teve oportunidade antes, assim como afirma nesse trecho:

estou estudando, me qualificando, não tive oportunidade de estudar antes. A gente não consegue emprego, a sociedade não dá emprego a ninguém. Aquela coisa toda da realidade do dia a dia das travestis do Brasil: é difícil pra gente a inclusão social (2019).

Sobre o acesso à saúde, Girassol (mulher trans, negra, profissional do sexo, 38 anos, classe média baixa) afirma que:

Não me sinto acolhida no SUS, deixa muito a desejar. Já sofri preconceito, a questão de ser trans nos postos de saúde e nos hospitais mesmo que a gente chega. Acontece isso tipo de coisa, é bem comum no dia a dia da gente [...] é complicado! [...] Meu cartão tem o nome social, mas é aquela coisa, de brasileiro, a gente não poder pagar um plano de saúde e tem que recorrer ao SUS. Porque você sabe como é o sistema né, que não funciona na prática. Mês passado eu estava com uma bateria de exames, só que estava sem condições de pagar e o SUS, você sabe como é, tem que passar meses para realizar um exame, essas coisas que deixa a desejar para gente e pra todo mundo na prática (2019).

Girassol reivindica e critica a falta de investimento no SUS, que precariza a assistência em saúde e viola os princípios doutrinários que regem o Sistema - a universalidade, integralidade e equidade - onde a questão da demora dos exames e do não respeito ao nome social vão na contramão desses princípios. Apesar de todas as dificuldades que hoje o SUS apresenta, ainda assim é garantido acesso à saúde a todas as pessoas.

Sobre as políticas públicas para a população de travestis e mulheres transexuais, Camélia (ex-garota de programa, travesti, negra, 30 anos, classe média baixa) diz:

Ah, mulher, tem muitas leis né? Quero vê isso valer no dia-a-dia. Já vi muitas colegas sofrerem preconceito na rua, apanharem feio e passar a polícia e simplesmente ignorar. Ou até ouvi as pessoas dizerem: —quando vê isso a travesti estava usando droga ou fazendo barraco [...]. Já associam logo a gente com baixaria e não é assim né? A gente reclama porque as coisas não estão certas pra gente. Somos vistos como bichos ou alguém que deve ser evitada ou morta brutalmente. Que culpa nós temos de ser como somos? [...] (2018).

Como diz Tulipa, mulher trans negra, 30 anos, desempregada (2018): “é fácil julgar, difícil é ser eu”. Assim como Camélia e Tulipa, outras tantas passam e compartilham opiniões e situações parecidas na vida. Além dos conflitos internos que permeiam às vidas dessas mulheres, elas precisam lidar com a hostilidade social, segregações, julgamentos, discriminações, agressões e violências.

Rosa (travesti, negra, profissional do sexo, 30 anos) afirma que não há muitas opções para as trans e frisa que:

Acesso à saúde, eu tenho sabe? Sempre consigo me consultar e fazer exames no SUS, mas trabalho só tem um, na pista [prostituição]. Infelizmente, não é fácil pra gente que é travesti, porque o emprego é muito difícil, fora o risco que passamos todas as noites [...], mas graças a Deus nunca sofri violência física enquanto trabalhava, sabe? [...] Poucas colegas conseguem um emprego melhor, sabe? Mas algumas conseguem fazer isso. Eu não tenho escolha (2018).



A fala de Rosa se contrapõe a de Girassol, aqui fica evidente que o problema não está no SUS e sim na falta de investimentos e prioridade que se coloca nele e sobre ele.

Hematita, alagoana, residente em Maceió-AL, na região ribeirinhas da mundaú, mulher trans, negra, 35 anos, heterossexual, solteira, que vive da prostituição, nos conta que sofreu violência física em meio à praça dos Palmares em Maceió-AL, um dos pontos de prostituição mais famosos da cidade: “Três caras tentaram me roubar e levou meu dinheiro, e o dinheiro do meu salário. Aí começou o espancamento na Praça dos Palmares, muita gente viu e não fez nada. Não foi cachaça, eu não roubei ninguém, era meu salário” (2019). Após o assalto, ela nos contou que foi espancada violentamente e humilhada frente às pessoas que estavam nas proximidades.

Enquanto ela nos relata, é possível perceber que o tempo todo ela se justifica alegando que não foi “cachaça” e que não roubou nada de ninguém. Este crime que poderia tê-la levado a óbito, é muito comum no Brasil afora (WONDERFULL, 2019). Assim como Hematita, Esmeralda e tantas outras passam por situações parecida. Esmeralda, por exemplo, que perdeu sua irmã Diamante, morta a tiros por arma de fogo em uma rua de São Paulo, enquanto estavam em um ponto de prostituição (ESMERALDA, 2019).

Outro caso que ocorreu no ano de dois mil e vinte e mobilizou a população de travestis e transexuais em Maceió, aconteceu que seguranças de um shopping center impediram uma mulher transexual de utilizar o banheiro feminino. Em entrevista, a vítima nos contou que eles a abordaram antes de acessar o banheiro, o que a causou um enorme constrangimento. Em forma de protesto, ela subiu em uma mesa da praça de alimentação, pedindo respeito, mas foi arrastada para fora do shopping sob vaias e aplausos (WONDERFULL, 2020). Após este fato, os meios de comunicação e redes sociais disseminaram notícias sobre o ocorrido, uns criticando a atitude da moça, que foi vítima de transfobia, enquanto outros a apoiavam e fortaleceram as redes para protestarem contra o shopping. Um ano após o ocorrido (2021), o juiz acata a denúncia contra o segurança e ele foi condenado a um ano e seis meses por racismo. A pena de prisão foi substituída por prestação de serviço comunitário e pagamento de multa (SANCHES, G1, 2021).

As vidas das pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que foi atribuído a elas no nascimento estão condicionadas a vários tipos de discriminações e violências, dentre elas a violência letal, como foi apresentada anteriormente. Entretanto, há outras formas de exterminar as mulheres travestis e transexuais, quer seja negligenciando e violando direitos básicos, quer seja não as respeitando. Se, como afirma Mbembe (2018), a soberania se manifesta como o poder de decidir quem morre e quem permanece vivo, é o exercício da mortalidade. Então, seria o corpo travesti e trans um dos objetos por excelência sobre o qual a soberania é exercida. Mbembe (2018) afirma que caberia ao Estado estabelecer o limite entre os direitos, à

violência e a morte, no entanto, este se utiliza dessa estratégia de poder e discurso para criar zonas de “extermínio”.

Além dos dados apontados - nos relatórios, dossiês – serem assustadores, é importante refletir que a falta de números mais assertivos sobre a questão da violência, letal ou não, contra as pessoas travestis e transexuais evidenciam o estado de vulnerabilidade que acometem estes corpos devido à necropolítica<sup>13</sup> - esta que pode nos ajudar a compreender por que determinadas pessoas e grupos são mais vulneráveis que outros.

Com todos esses agravantes que implicam as vidas de pessoas travestis e transexuais, o ano de 2020 veio com a pandemia, gerado pela COVID-19, e com isso um agravamento de uma crise já existente, demarcada e potente. A pandemia escancarou a realidade desigual vivenciada por milhares de pessoas e onde o isolamento – única forma de diminuir e/ou evitar contágio pelo vírus –, é praticamente impossível.

Os enfrentamentos são muitos, como o abandono familiar, além da falta de respeito ao nome social nos serviços de saúde, o não acesso à educação, à moradia, e acesso ao trabalho formal são os mais citados pelas entrevistadas. Também reforçam que é através da militância resistindo e persistindo que vão conquistar melhorias para as mulheres travestis e transexuais.

Apesar de todos os embates e enfrentamentos frente à prostituição, é também e a partir desta que essas mulheres travestis e transexuais veem a possibilidade de viverem e serem o que são: a construção da feminilidade e da fabricação de si. A prostituição além de um meio de sustento, também faz parte do processo dessas mulheres que outrora não estavam sendo percebidas como tal.

Fica evidente que os problemas e enfrentamentos listados aqui não cessaram, mesmo com a implementação de algumas políticas públicas e dispositivos legais que garantem ou deveriam garantir melhores condições de vida para todas sem distinção. Para além de todas as conquistas e avanços nos espaços públicos, ainda há muito que fazer e lutar, porque não são apenas as leis que resolverão problemas ideológicos-religiosos-culturais que são capazes de fomentar o preconceito, discriminação e o discurso de ódio.

## **Considerações Finais**

Embora os movimentos sociais LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer e Intersexo) lutem há décadas para que os estigmas sejam eliminados, no caso das mulheres travestis e transexuais há um impedimento, pode-se dizer, uma tendência para que elas não gozem de respeito e ocupem posições formais no mercado de trabalho (DEUS,

---

<sup>13</sup> É o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018).

2014) e, com isto, são expurgadas para meios/trabalhos informais para garantir o mínimo de renda e, em sua maioria, a prostituição parece uma saída mais rentável para sobreviver.

Essas mulheres são “arremessadas” a (sobre)viver em condições, muitas vezes, desumanas, assim como aconteceu às pessoas negras em toda sua construção sociocultural no Brasil e no mundo por muitos anos. Aqui focamos no contexto de Alagoas e em especial Maceió-AL, para vivenciar, se implicar, se afetar e desvelar sobre essas vidas.

A partir dos objetivos apresentados, os que são condicionadas ao extermínio social que é moralista, machista, racista, classicista e resultados podem contribuir com um maior entendimento e reflexão sobre o cotidiano das mulheres travestis e transexuais negras que trabalham na prostituição dando visibilidades as principais implicações que a prostituição pode ocasionar em suas vidas, lançando questões acerca dos afetos, lutas, resistências, projetos de vida que também estão presente em suas trajetórias e como isso pode contribuir no processo de formação teórica, metodológica e política de estudantes no contexto universitário, na construção de políticas públicas locais voltadas à população trans etc.

Apesar da existência de alguns dispositivos legais, é visível que o modelo hegemônico racista, sexista, machista, patriarcal, classista e cisheteronormativo reforçam que os espaços públicos não são para mulheres, tão pouco, para pessoas negras e/ou travestis e transexuais. É necessário muita luta e resistência por parte dos movimentos sociais para que então a sociedade (re)conheça a necessidade da superação efetiva do racismo, sexismo, cissexismo, machismo, patriarcado que se materializam de forma estrutural na sociedade, construindo de forma coletiva uma nova ordem social onde não haja exploração, segregação e violência motivada por gênero, raça e classe.

As leis e políticas públicas parecem não resolver os problemas que deveriam resolver; nem o racismo, sexismo ou cissexismo e muito menos a transfobia têm sido extinguido, ao contrário, o que se percebe é que ainda há um número significativo das mais variadas formas de violências, letais ou não, dirigidas principalmente às pessoas negras, mulheres, LGBTs – com dados marcantes para às pessoas trans e pobres.

Os dados apresentados são uma pequena parte do que foi produzido, no entanto não cabia neste momento apresentar todos, visto que ela está em andamento. Contudo, o mais importante dessa primeira etapa foi perceber a riqueza de dados que o trabalho etnográfico apresenta e como o campo pode ser inesgotável, o como as mulheres, para além da prostituição e transfobia, resistiam, criavam estratégias individuais e coletivas de luta, como é o caso do transshow, do canal wonderful etc.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Érika Fabíola de Araújo Ribeiro e; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, e34310414272, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i4.14272>. Acesso em: 01 de jun.2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/14272/12751/185170>

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider B. (Orgs.). Dossiê – assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019. **ANTRA/IBTE**: Brasil, 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider B. (Orgs.). Dossiê – assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020. **ANTRA/IBTE**: Brasil, 2021.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del <<sexo>>**. Tradução de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

CARVALHO, Juliana Brant; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Umbanda e quimbanda: alternativa negra à moral branca. **Psicologia USP**, [S. l.], v. 30, p. e180093, 2019. DOI: 10.1590/0103-6564e180093. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/161353>. Acesso em: 9 set. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, J. (ORG.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília, UnB, 2001, p. 245282.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu [online]**. 2004, n.22, pp. 201-246. ISSN 0104-8333.

KABENGELE, Daniela do Carmo. **O "pardo" Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892): e o trânsito das mercês**. Aracaju: EdUNIT, 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, Véra Neusa. Procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. In: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il. RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

PEIRANO, Mariza. "Etnografia, ou a teoria vivida". **Ponto Urbe**, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SANCHES, Carolina. Justiça condena segurança de shopping de Maceió por impedir travesti de usar banheiro feminino. **G1:Globo**, Maceió, 07jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/06/07/justica-condena-seguranca-de-shopping-de-maceio-por-impedir-travesti-de-usar-banheiro-feminino.ghtml>

SANTOS, Jocélio Teles. "Incorrigíveis, afeminados, desenfreiados": Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, v. 40, n. 2, p.145 -182, 1997.

TGEU. Transgender Europe: Trans Murder Monitoring 2021. TGEU, 2020. Disponível em: [https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm\\_2020](https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2020). Acesso em: 14 de Junho de 2021.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos, **Ponto Urbe [Online]**, 11 |2012, posto online no dia 14 março 2014, consultado o 10 dezembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300>

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. 1ª. Ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, v. 1, 214p.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n.3, p.535-549, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300535&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 18 ago. 2019.

WONDERFULL, Canal. Natasha entrevista Jady Santos [Parte1]. **Youtube**, 2020. Disponível:  
<https://www.youtube.com/watch?v=uU8Wr49ZbBM&lc=Ugw8ZDVLM6D3fB1vWDF4AaAB>  
Ag . Acesso em: 16 jul. 2021.